

## **A Mensuração da Composição do Valor Adicionado das Empresas Participantes do Novo Mercado da Bovespa no contexto da Responsabilidade Social**

### **RESUMO**

No contexto da responsabilidade social, a Ciência Contábil ocupa uma posição privilegiada de ser o agente fornecedor de meios para as empresas e a sociedade em geral conhecer as consequências do desenvolvimento econômico em relação ao meio ambiente. Os dados evidenciados por meio da contabilidade podem ajudar no acompanhamento das ações organizacionais focadas na preservação do planeta e na busca do desenvolvimento sustentável. O foco do presente estudo abrange a Demonstração do Valor Adicionado, em relação à evidenciação de como a riqueza gerada pelas companhias foi distribuída para sociedade e, também, a mensuração de resultados direcionados ao meio ambiente. O objetivo geral desse trabalho é analisar os indicadores e o comportamento da Distribuição do Valor Adicionado no período 2008 a 2011 das empresas participantes da Carteira “Novo Mercado da Bovespa” e quais relatórios socioambientais são elaborados. Em termos metodológicos trata-se de um estudo descritivo, documental com abordagem quantitativa, por meio da estatística descritiva e da análise de conglomerados. Constatou-se que a elaboração de relatórios socioambientais estão, provavelmente, mais ligados a obrigação legal do que a intenção voluntária de fornecer tais informações. Ainda, a Demonstração do Valor Adicionado mostrou-se como um instrumento capaz de gerar informações relevantes quanto à identificação das riquezas geradas pelas empresas bem como a a identificação do retorno quantitativo para a sociedade, e também valores destinados aos colaboradores.

**Palavras-chave:** Valor adicionado. Responsabilidade social. Novo mercado.

**Área temática:** Área 6 – Ética e responsabilidade social

## 1 Introdução

No atual organograma empresarial, em âmbito mundial, observa-se que as questões relacionadas com os aspectos sociais e ambientais estão ganhando cada vez mais importância no processo de tomada de decisões. A partir dessa premissa, os gestores estão a procura de ferramentas capazes de evidenciar a sua Responsabilidade Social. Ferraz e Rafael (2012) afirmam que na atual conjectura do mercado globalizado os problemas ambientais e sociais estão influenciando no desenvolvimento de novos comportamentos empresariais, assim fomentando as organizações a pensarem na valorização da Responsabilidade Social Corporativa.

Nesse contexto, a Ciência Contábil tem uma posição privilegiada de ser o agente fornecedor de meios para as empresas e a sociedade em geral conhecer as consequências do desenvolvimento econômico em relação ao meio ambiente, e assim os dados evidenciados podem colaborar no acompanhamento das ações empresariais focadas na preservação do planeta e na busca do desenvolvimento sustentável. As Demonstrações Contábeis podem auxiliar no processo de prestação de contas das organizações aos seus *stakeholders* (usuários), um exemplo é o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que são demonstrativos apropriados para o processo de evidenciação de informações, não só financeiras mas também relacionadas com a sustentabilidade, aos seus interessados (MARETH, SALVALAIO e RIBEIRO, 2010).

A Responsabilidade Social tem sido abordada por vários pesquisadores em seus artigos, dissertações e teses, demonstrando a importância desse tema na atual vertente das pesquisas científicas contemporâneas. Pode-se citar os seguintes trabalhos na área: Macêdo et al. (2011), tiveram o objetivo de evidenciar a reputação corporativa, a partir da identidade da imagem associada e a imagem desejada da CELPE (Companhia de Energia Elétrica do Nordeste), quanto aos aspectos da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), por intermédio da visão dos usuários internos e externos inseridas no contexto da organização. Já Carvalho et al. (2011), procuraram estudar quais as práticas gerenciais de Responsabilidade Social trabalhadas nas indústrias da Cidade de Sousa – PB. Dantas, Garcia e Targino (2012), na sua pesquisa trabalharam com a conceituação em torno da expressão Responsabilidade Social (RS) da Ciência da Informação (CI), fomentando discussão teórica acerca da CI e da RS.

Nessa mesma linha encontra-se o trabalho de Sánchez-Fernández (2012), que buscou um enquadramento teórico ao analisar e correlacionar os fundamentos teóricos da teoria institucional e a RSC, baseando-se na literatura acadêmica relacionada.

No âmbito da contabilidade, Freitas, Pfitscher e Filho (2012), trabalharam num estudo para verificar, em empresa de serviços contábeis, a Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social Voluntária, utilizando de forma parcial o Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA) geração II.

Magalhães (2011), fez um estudo com o objetivo de achar soluções para um conjunto de questões sobre a RS e a forma como esta encontra-se integrada na estrutura dos três principais times de Portugal “*Futebol Clube do Porto, Sporting Clube de Portugal e Sport Lisboa e Benfica*”.

A dissertação apresentada por Antunes e Amorim (2012) teve o objetivo de estudar a divulgação de informação sobre a RS por parte de 35 organizações portuguesas listadas no *Evronext Lisboa*, durante o período de 2004 a 2008.

O foco do presente estudo abrange a Demonstração do Valor Adicionado, a qual se apresenta como um instrumento contábil capaz de contribuir não apenas no que tange a mensuração de resultados econômico-financeiros, mas também na evidenciação de como a

riqueza gerada foi distribuída para sociedade e assim possibilitar a mensuração de como as organizações estão direcionando os seus resultados ao meio ambiente.

O objetivo geral desse trabalho é analisar os indicadores e o comportamento da Distribuição do Valor Adicionado no período 2008 a 2011 das empresas participantes da Carteira “Novo Mercado da Bovespa” e identificar quais os relatórios socioambientais são utilizados por estas companhias. Os resultados obtidos neste estudo poderão contribuir para futuras pesquisas nessa área e conseqüentemente na evolução das pesquisas Contábeis e de Responsabilidade Social.

## **2 Fundamentação Teórica**

Apresentam-se os conceitos referentes à Responsabilidade Social, Normas Brasileiras Contábeis (15) - NBCT 15, *Global Reporting Initiative* - GRI, Relatório Integrado, Demonstração do Valor Adicionado e sobre o Novo Mercado, para que seja possível obter um melhor entendimento sobre o estudo em questão.

### **2.1 Responsabilidade Social**

A Responsabilidade Social (RS), teve início no Período Liberal no Século XIX, impulsionado pela Revolução Industrial na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nesse período, a RS era dirigida aos acionistas, à maximização do lucro, criação de postos de trabalho e pagamento de tributos, filantropia e assistencialismo. TATIM (2009).

A partir da década de 1960 e até os dias atuais, com expansão das organizações, o crescimento da produção e conseqüentemente o aumento dos ganhos dos empresários, as questões relacionadas a problemas sociais e ambientais começaram a ganhar destaque na mídia e, por conseguinte, começaram a ser cobradas pela sociedade a adoção de soluções corporativas para esses problemas. A Responsabilidade Social, dessa forma, começou a ampliar seu conceito, e a busca por um comprometimento maior entre a empresa e seus *stakeholders* passa a ser o foco, na busca pelo desenvolvimento sustentável. TATIM (2009).

A Responsabilidade Social, conforme Ferreira (2010), trabalha com três preocupações básicas, são elas: a transparência, a equidade e a prestação de contas. Juntas formam um alicerce consistente para implantação da RS de forma concreta e objetiva pelas empresas. Ainda, a RS faz com que as empresas busquem ir além do cumprimento das normas legais, ou seja, adotem formas de evidenciar os seus resultados econômicos junto com o impacto dos mesmos no meio ambiente.

Trata-se de uma exigência da sociedade às organizações de modo geral, com o objetivo de cobrar soluções para a preservação do planeta, e também uma postura socialmente responsável por parte das instituições, as quais devem estar pautada em ideias e ações concretas e não apenas em marketing social (SOARES, 2012).

Para ajudar as companhias nesse processo surge o chamado *Triple Bottom Line (TBL)* (tripé da sustentabilidade), o qual tem a finalidade de auxiliar as organizações a implementar e desenvolver políticas e controles em prol da sustentabilidade do planeta. O TBL é uma nova abordagem proposta aos empresários para que organizem políticas e ações relacionadas ao desenvolvimento econômico e à conservação ambiental (MITCHELL, CURTIS e DAVIDSON, 2008).

O TBL, de acordo com Lages, Lages e França (2010), teve como seu mentor o britânico John Elkington, na década de 90. Seu trabalho teve sua ascensão no ano de 1997, em que o TBL fundamenta-se em um conjunto de princípios, objetivos e processos que uma empresa deve adotar como meta na geração de valores em três dimensões (econômica, social

e ambiental), para que assim haja um equilíbrio nas suas atividades operacionais sem afetar o meio onde ela está inserida.

As informações evidenciadas pelo TBL, segundo Christen *et al.* (2006), podem ser de grande valia na elaboração dos relatórios socioambientais e nos demonstrativos contábeis e, portanto, tornando-se uma fonte de auxílio na prestação de contas aos seus usuários.

Com o passar dos tempos, procurou-se instrumentos capazes de evidenciar as preocupações sociais e ambientais das empresas. Uma maneira encontrada é a elaboração do Balanço Social (BS).

O *disclosure* (evidenciação) da Responsabilidade Social por parte das organizações aos seus *stakeholders* é uma exigência da sociedade, a qual não pode ser abdicada pelos empresários que almejam ter perenidade e sucesso nos seus negócios. Uma forma de concretizar esse pedido é por intermédio da elaboração e divulgação de Relatórios Socioambientais (BALDO, 2002).

A contabilidade, nesse panorama de valorização da Responsabilidade Social, está envolvida intrinsecamente nessa vertente e possui ferramentas contábeis que podem auxiliar no processo de evidenciação de informações sociais e ambientais. O demonstrativo oportuno para evidenciação de tais informações denomina-se Balanço Social, o qual tem capacidade técnica de fornecer aos interessados o perfil da organização tanto do ponto de vista financeiro como social e ambiental (CRUZ e AZEVEDO, 2006).

A Contabilidade em meados de 2004 elaborou a NBC T 15 para nortear os profissionais contábeis na elaboração de Demonstrativos voltadas para questões sociais e ambientais.

## **2.2 NBC T 15**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por intermédio da NBC T 15 (Informações de Natureza Social e Ambiental), de 06 de setembro de 2004, aprovada pela Resolução n. 1.003/04, introduziu a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, para evidenciar os dados e as informações de cunho social e ambiental das organizações, levantados ou não pela contabilidade, conforme normatizado por essa instrução, com o objetivo de contribuir para o processo de sustentabilidade do planeta e deste modo auxiliar os profissionais da área contábil estarem atualizados as novas expectativas do mercado (CFC, 2013).

Essa norma enfatiza que as informações de natureza social e ambiental são as relacionadas com:

- a) A geração e a distribuição de riqueza;
- b) Os recursos humanos;
- c) A interação da organização com o ambiente externo;
- d) A interação com meio ambiente.

De acordo com a NBC T 15 os dados contábeis, expressos na demonstração, são de responsabilidade técnica do profissional contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sendo que as informações não-contábeis devem ser indicadas a sua fonte de origem para ter autenticidade. .

As demonstrações de informação de natureza social e ambiental devem ser auditadas e publicadas no relatório do auditor independente, assim como as demonstrações contábeis obrigatórias.

Outra alternativa de evidenciar questões de natureza social e ambiental pelas empresas (não contemplando as informações contábeis) são os relatórios elaborados pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

## 2.3 GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição conhecida no mundo inteiro, a qual trabalha na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, com o intuito de fornecer informações sobre as políticas socioambientais das organizações perante seus *stakeholders* (BEUREN, DOMENICO e CORDEIRO, 2011).

Os relatórios gerados pela GRI possuem uma estrutura pré-definida, e alguns aspectos podem ser observados no Quadro 1:

Quanto aos objetivos	Quanto à Metodologia	Quanto aos Critérios de Inclusão	Quanto a Finalidade
Trabalha com instruções padronizadas para elaboração dos relatórios e utiliza-se de premissas pré-estabelecidas para elaboração dos relatórios	As organizações que se propuserem a programar esse documento, tem que seguir os métodos propostos pelo GRI, para que o mesmo tenha validade.	Não há necessidade de seguir regras ou cumprir metas conforme exigidos pelas certificações ISSO para obtenção do direito de publicação do Relatório GRI, basta apenas se delinear com as instruções de preenchimento do relatório.	A finalidade dos relatórios da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI), é ajudar no processo de prestação de contas das empresas aos seus usuários internos e externo nas questões relacionadas com o lado social e ambiental.

Quadro 1 - Estrutura dos Relatórios Propostas pelo GRI.

Fonte: Rohenkohl e Kroetz, 2008

A versão atual utilizada pelas organizações do Relatório da GRI é o G3, o conceito dessa versão é evidenciar a transparência das instituições junto aos seus usuários (GRI, 2013).

A versão G3 do Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, fomentou um crescimento na ideia de desenvolvimento sustentável nas empresas e, com isso, a GRI instalou escritórios locais em várias partes do mundo inclusive no Brasil (GRI, 2013).

Com os avanços tecnológicos e a globalização certos conceitos começaram a ser aprimorados e, seguindo essa mesma tendência, os Relatórios Socio-ambientais necessitavam agregar outras novas informações, e assim o Relatório Integrado começa a ser usado por diversas empresas.

## 2.4 Relatório Integrado

O Relatório Integrado foi criado pelo *International Integrated Reporting Committee* (IIRC) em 2011, com o intuito de criar um documento abrangente para todos os anseios da sociedade e empresários envolvidos direta ou indiretamente no processo produtivo de cada organização (REPORT, 2013).

Esse projeto terá seu grande impulso em 2013, onde o objetivo do comitê é implementar o Relatório Integrado. Nesse período, será possível mensurar a real contribuição deste documento e realizar os devidos ajustes e assim, a partir de 2014, realizar implementação do relatório a nível mundial (REPORT, 2013).

O objetivo do IIRC de acordo com FIPECAFI (2013), é criar um Relatório Integrado que evidencie informações econômicas, sociais e ambientais em um só documento, o qual possa ser lido em qualquer parte do mundo.

No Brasil, existem quatro empresas participantes do programa piloto desse relatório denominado “*Piloto IIRC Business Network*” a nível mundial, são elas (REPORT, 2013) :

- a) AES Brasil
- b) BNDES
- c) Natura Cosméticos S/A
- d) Via Gutenberg

Para evidenciar a Responsabilidade Social as organizações podem utilizar-se também da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), pois a mesma gera informações de como foi distribuída a sua riqueza gerada pela instituição aos seus usuários..

## **2.5 Demonstração do Valor Adicionado**

A Ciência Contábil com o auxílio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), dispõem aos seus interessados a possibilidade de conhecer como a riqueza das empresas foi distribuída aos seus agentes de produção. Ambrogi (2007), conceitua o valor adicionado, como sendo o resultado do produto das transações econômicas ocorridas dentro dos limites de uma companhia, com base no total das vendas realizadas e não do seu processo produtivo como um todo .

A DVA torna-se um componente importante no processo de evidenciação de sustentabilidade e junto com o Balanço Social formam uma base de demonstrativos contábeis capazes de subsidiar o processo de tomada de decisões dos gestores, considerando não apenas o aspecto econômico, mas também o social e ambiental (SILVA, 2010).

A Demonstração do Valor Adicionado teve sua origem no Brasil, pela publicação da Lei n. 11.638/07 tornando obrigatória para companhias de capital aberto e facultando a elaboração para as de capital fechado. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a norma NBC TG 09, para auxiliar e incentivar na elaboração desse demonstrativo. Essa norma orienta sobre a finalidade, estrutura e elaboração da DVA (SILVA, 2010)

A elaboração da DVA, segundo Santos (2003), deve ser feita com base nas informações contidas na contabilidade, as quais podem ser decorrentes ou não da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Cabe salientar que a DVA não tem o objetivo de substituir a DRE, por que a finalidade da DRE é informar ao acionista como foi composto o lucro ou prejuízo do exercício, já a DVA demonstra como foi distribuído a riqueza gerada para os seus *stakeholders* (TINOCO, 2001).

De acordo com Moraes (2008), a DVA não pode ser confundida com a DRE e nem tão pouco com a *Economic Value Adred* (EVA).

A DVA além de demonstrar como a riqueza foi gerada e distribuída pela empresa, pode ser ainda mais útil pela sua complexibilidade, pois tem a capacidade de ajudar na geração de informações para o cálculo o Produto Interno Bruto (PIB) (SANTOS e HASHIMOTO, 2003).

Para evidenciar a Responsabilidade Social das empresas a uso da Demonstração do Valor Adicionado apresenta-se como uma boa alternativa. Conforme Corrêa (2010) esse demonstrativo tem características voltadas tanto para o aspecto econômico, quanto social e ambiental e, portanto, satisfazendo a necessidade de acionistas/empresários e da sociedade.

As organizações a serem estudadas no trabalho pertencem a Carteira de Ações chamada “Novo Mercado” da Bovespa e, a seguir, apresenta-se um breve histórico. a

## **2.6 Novo Mercado**

O Novo Mercado é um segmento empresarial para investimento que foi lançado em 2000, com o escopo de gerar um padrão de governança diferenciado para fortalecer o mercado acionário e por conseguinte diminuir a assimetria de informações entre controladores, administradores das organizações e participantes da Bolsa de Valores (BOVESPA, 2013).

No ano de 2002, O Novo Mercado lançou a primeira lista de empresas participantes, e a partir desse marco inicial ao passar dos anos ela tornou-se um padrão em transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital (BOVESPA, 2013).

As principais regras de funcionamento do Novo Mercado estão relacionadas com a estrutura de governança e aos direitos dos acionistas, conforme disposto a seguir (BOVESPA, 2013):

- o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
- no caso de venda do controle todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tag along de 100%);
- em caso de deslistagem ou cancelamento do contrato do Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, a empresa deverá fazer oferta pública para recomprar as ações de todos os acionistas no mínimo pelo valor econômico;
- o Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo cinco membros, sendo 20% dos conselheiros independentes e o mandato máximo de dois anos;
- a companhia também se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação (*free float*);
- divulgação de dados financeiros mais completos, incluindo relatórios trimestrais com demonstração de fluxo de caixa e relatórios consolidados revisados por um auditor independente;
- a empresa deverá disponibilizar relatórios financeiros anuais em um padrão internacionalmente aceito;
- necessidade de divulgar mensalmente as negociações com valores mobiliários da companhia pelos diretores, executivos e acionistas controladores.

### **3 Metodologia**

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, de acordo com Ponte et al. (2007) o objetivo é descrever as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Assim sendo, o estudo contribui com uma visão mais ampla do problema. Neste caso, por intermédio da mensuração dos dados extraídos da Demonstração do Valor Adicionado do período de 2008 a 2011 das empresas participantes do Novo Mercado da Bovespa do Ano de 2012.

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa documental, pois analisa a documentação das companhias envolvidas nesse segmento de mercado. Gil (2002) afirma que este tipo de trabalho vale-se de materiais que não receberam um tratamento específico, ou que podem ser estudados conforme a intenção do estudo, para depois tentar extrair ilações que possam contribuir para o estudo.

A abordagem desta pesquisa é essencialmente quantitativa, pois, segundo Martins e Theóphilo (2009), essa abordagem envolve organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar dados numéricos. Neste estudo, os dados foram organizados e por meio da estatística descritiva e da análise multivariada, para sua interpretação. Em termos descritivos foi usado a apuração de percentuais e de forma multivariada foi aplicada a análise de Conglomerados, para atingir os objetivos propostos.

A coleta de dados foi realizada, com base nos dados da BOVESPA, sendo escolhida as organizações participantes da carteira de Investimento mais rigorosa da Bovespa o “Novo Mercado” do ano de 2012, com o intuito de estudar o comportamento da Demonstração do Valor Adicionado do Período de 2008 a 2011.

#### 4 Análise de Resultados

A amostra selecionada para presente pesquisa abrange as organizações participantes da Carteira de Investimento da Bovespa denominada “Novo Mercado” de 2012.

As empresas participantes totalizaram 130 empresas de 76 segmentos empresariais diferentes as quais tem sedes em oito Estados brasileiros.

As informações apresentadas na Tabela 1 servem, para atingir aos objetivos propostos nesse estudo, as quais foram coletadas no *site* das empresas participantes da Carteira de Investimento “Novo Mercado” de 2012.

<b>EMPRESAS</b>	<b>Balanco Social Modelo IBASE</b>	<b>NBC T 15</b>	<b>GRI</b>	<b>Relatório Integrado</b>
Número de empresas que elaboram os documentos citados	18	3	130	0
Número de empresas que não elaboram os documentos citados	112	127	0	130
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	<b>130</b>

Tabela 1 - Relatório Socioambientais Atualmente Utilizados pelas Empresas Participantes do Novo Mercado da Bovespa de 2012

O Relatório Socioambiental mais utilizados pelas empresas participantes do “Novo Mercado” da Bovespa é o Relatório fornecido pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), ou seja, 100% da amostra faz uso dessa ferramenta para evidenciar as suas práticas sociais e ambientais aos seus *stakeholders*.

Já o Balanço Social (Modelo Ibase) é a forma de evidenciação de 13,84%, juntamente com os Índices do GRI. A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental indicada pela NBCT 15 é utilizada por 2,30% concomitantemente com os Relatórios do GRI.

O Relatório Integrado não foi utilizado por nenhuma das Instituições do Segmento Novo Mercado da Bovespa de 2012.

A demonstração contábil utilizada, pela totalidade das empresas, em função das exigências legais, é a Demonstração do Valor Adicionado, que são analisadas em conjunto nas Tabelas 2 a 6.

<b>Fator</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Pessoal	32.506.241	42.541.367	50.794.188	57.844.736

Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado ao Fator Pessoal (em milhares de reais)

O comportamento da distribuição do valor adicionado gerado ao fator pessoal no período de 2008 a 2011, evidenciou um crescimento geral de 78%, sendo que a média anual esteve em torno de 21,38%.



Na comparação ano a ano o maior crescimento ocorreu de 2008 para 2009 na ordem de 30,87%, já o menor aconteceu de 2010 para 2011 na ordem de 13,88%.

Esses dados apresentados num primeiro momento retratam uma situação de evolução na distribuição da riqueza gerada aos seus colaboradores. Estes resultados podem indicar valorização da mão-de-obra interna/externa, um maior número de admissões ou até mesmo uma quantidade maior de benefícios agregados aos seus empregados.

<b>Fator</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Impostos	41.841.595	50.148.338	62.152.577	69.093.704

Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado ao Fator Imposto (em milhares de reais)

A riqueza distribuída ao governo apresentou um crescimento total entre os anos de 2008 até 2011 de 65%. Na média anual o aumento da carga tributaria ficou em 18,32%. O auge na elevação dos impostos ocorreu de 2009 para 2010 na ordem de 23,94%, já o sentido inverso aconteceu de 2010 para 2011, onde o crescimento foi o menor, resultando em 11,17%.

Nota-se que a evolução da distribuição do valor agregado gerada para os impostos está aumentando ao passar dos anos, ou seja, a alta carga tributária no Brasil é presente em todos os ramos de atividades e segmentos empresariais.

<b>Fator</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Remuneração Capitais de Terceiros	26.012.257	28.750.839	33.385.681	46.071.054

Tabela 4: Distribuição do Valor Adicionado ao Fator Remuneração Capitais de Terceiros

Analisando o comportamento da distribuição do valor agregado direcionada para a Remuneração de Capitais de Terceiros das empresas, constatou-se um aumento geral no período estudado de 77%, na média anual esse crescimento ficou em 21,55%. As empresas participantes dessa amostra necessitaram de um maior aporte de capital oriundos de fontes de terceiros no período compreendido entre 2010 e 2011, por volta de 38%, em contrapartida o lapso temporal de menor necessidade de utilização de capital de terceiros ocorreu de 2008 para 2009 na ordem de 10,52%.

A mensuração desses recursos apresentados relatam que ao passar do tempo as companhias tiveram um aumento na remuneração de capitais de terceiros, ou seja, ocorreu a necessidade de buscar recursos oriundos de fontes não operacionais da empresa, seja para utilizar como capital giro ou para financiar novos investimentos.

<b>Fator</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Remuneração Capitais Próprios	24.078.405	35.130.688	42.262.861	35.674.546

Tabela 5: Distribuição do Valor Adicionado ao Fator Remuneração Capitais Próprios (em milhares de reais)

A distribuição da riqueza gerada para os capitais próprios no período de 2008 a 2011 ficou em 48%. Em média, a distribuição dos ganhos aos sócios ou acionistas esteve na ordem de 16,87%. Contudo, na análise comparativa ano a ano, verificaram-se oscilações relevantes, as quais necessitam de estudos mais detalhados para encontrar os devidos fatores que levaram a esses resultados.

A maior distribuição da riqueza gerada para remuneração dos capitais próprios aconteceu de 2008 para 2009, em torno de 45,90%. Na sequência, esse percentual começou a

reduzir ano a ano chegando a ficar negativo na comparação de 2010 a 2011 na ordem (15,58%).

Esse fato pode ter várias origens, entre elas à amostra conter um número considerável de empresas de segmentos e ramos de atividades diferentes, as quais trabalham no seu ciclo produtivo com a sazonalidade, flutuação cambial, entre outros, assim afetando a situação financeira das organizações.

Analisando os dados das DVAs das empresas pesquisadas, também foi possível realizar uma análise de Conglomerados, para segmentar as empresas, utilizando como variáveis as formas de distribuição do valor adicionado, ou seja, pessoal, impostos, terceiros e capital próprio. A segmentação teve como intenção verificar perfis semelhantes de distribuição do valor adicionado entre as empresas.

Iniciando a análise foram padronizadas as variáveis, para posterior aplicação da técnica de Análise de Conglomerados, utilizando o procedimento hierárquico, tendo como finalidade determinar o número de agrupamentos, por meio do método *Ward Linkage* com a medida de distância quadrática Euclideana.

Aplicando a técnica e considerando o número de clusters sugeridos pelo procedimento hierárquico, foi processado o método *K-Means Cluster* para obtenção da melhor solução que minimizasse a variância dentro dos grupos e maximizasse a variância entre os grupos. Sendo assim, as empresas ficaram divididas em 6 grupos conforme apresentado na Tabela 6.

<b>Total de valor distribuído por Cluster</b>	<b>N. de empresas</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Impostos</b>	<b>Terceiros</b>	<b>Próprios</b>	<b>Total</b>
Cluster 1 R\$	5	16.341.841,00	79.610.210,00	19.184.894,00	16.828.624,00	131.965.569,00
Percentual		12%	60%	15%	13%	100%
Cluster 2 R\$	37	41.285.992,00	42.257.173,00	33.515.428,00	31.775.212,00	148.833.805,00
Percentual		28%	28%	23%	21%	100%
Cluster 3 R\$	4	28.572.727,00	8.103.536,00	40.034.973,00	1.531.460,00	78.242.696,00
Percentual		37%	10%	51%	2%	100%
Cluster 4 R\$	11	27.224.092,00	35.981.978,00	26.342.008,00	30.604.020,00	120.152.098,00
Percentual		23%	30%	22%	25%	100%
Cluster 5 R\$	1	48.458.166,00	36.316.368,00	2.236.813,00	42.873.231,00	129.884.578,00
Percentual		37%	28%	2%	33%	100%
Cluster 6 R\$	72	21.803.714,00	20.966.949,00	12.905.715,00	13.533.953,00	69.210.331,00

Percentual		32%	30%	19%	20%	100%
------------	--	-----	-----	-----	-----	------

Tabela 6: Composição dos Clusters sobre a Distribuição do Valor Adicionado das empresas no período de 2008 a 2011 (em milhares de reais)

A composição dos *Clusters* indicou uma maior quantidade de empresas no *Cluster 6*, que tem por predominância a distribuição em maior volume das suas riquezas para pessoal e impostos, resultando em 62% do valor distribuído. As empresas que se destacam neste grupo são: Anhanguera Educacional Participações S/A, Cia. Hering, Eternit S/A, Fleury S/A, Iochpe – Maxion S/A, Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A, Positivo Informática S/A, Totvs S/A, e Valid S/A.

O menor *Cluster* é composto por uma empresa, no caso, o Banco do Brasil S/A. Uma característica que se destaca nesta empresa é que apresenta o menor percentual de distribuição de valor para terceiros, na ordem de 2%. Também, ressalta-se que o Banco do Brasil S/A apresenta o maior percentual de distribuição para pessoal e capitais próprios, onde apenas o valor distribuído por esta empresa para esses itens foi maior que a soma das empresas que compõem os demais grupos, assim enquanto, o Banco do Brasil S/A distribuiu mais de R\$ 48 bilhões para pessoal, o *Cluster 2* composto por 37 empresas foi o segundo maior com mais R\$ 41 bilhões na soma de todas as empresas que compõem o grupo. Fato semelhante ocorreu em relação aos capitais próprios.

O *Cluster 3*, composto por 4 empresas, tem maior distribuição de recursos para terceiros, indicando alto endividamento, representando 51% da distribuição de valores. Em consequência, apenas 2% do valor distribuído foi destinado a capitais próprios. As empresas que estão neste grupo, são: Fibria Celulose S/A, JBS S/A, Marfrig Alimentos S/A, e MPX Energia S/A.

No *Cluster 1* ressalta-se o valor elevado destinado a imposto, superando R\$ 79 bilhões, somando apenas 5 empresas, em termos percentuais representou 60% do valor distribuído no período de 2008 a 2011. As empresas que compõem esse grupo são, principalmente do setor de energia e telefonia.

Os *Clusters 2* e *4* apresentam maior equilíbrio na estrutura de distribuição de valores no período pesquisado. Esses grupos estão compostos por 37 e 11 empresas, respectivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os indicadores e o comportamento da Distribuição do Valor Adicionado no período 2008 a 2011 das empresas participantes da Carteira “Novo Mercado da Bovespa” e identificar quais os relatórios socioambientais são utilizados por estas companhias. No contexto da elaboração dos relatórios consta-se que as informações ainda são muito limitadas, sendo atualmente, o GRI, o principal relatório que reproduz informações socioambientais (100% da amostra faz uso dessa ferramenta para evidenciar as suas práticas sociais e ambientais aos seus *stakeholders*). A Demonstração do Valor Adicionado, apresentando o contexto da responsabilidade social, por meio da distribuição das riquezas geradas pelas empresas, e também foi elaborada por 100% da amostra. Deve-se, no entanto, observar que a elaboração destes instrumentos está, provavelmente, mais ligada a obrigação legal, do que a intenção de fornecer voluntariamente informações de cunho ambiental e social, tendo em vista não ter se destacado nenhuma informação complementar. Já o Balanço Social (Modelo Ibase) é a forma de evidenciação de 13,84%, juntamente com os Índices do GRI. A Demonstração de Informações de Natureza

Social e Ambiental (indicada pela NBCT 15) é utilizada por 2,30% concomitantemente com os Relatórios do GRI.

O Relatório Integrado não foi utilizado por nenhuma das Instituições do Segmento Novo Mercado da Bovespa de 2012.

Em relação a distribuição do valor adicionado pelas empresas, nota-se o maior crescimento na distribuição dos valores de pessoal, ou seja, o investimento nos colaboradores cresceu 78% no período pesquisado, o que indica um importante aspecto social, pois a comunidade acaba sendo beneficiada e aumenta a distribuição de renda da população, fator de destaque para a sociedade. Por outro, lado também houve um crescimento substancial nos recursos destinados a terceiros, que normalmente, representam os bancos, assim, dois pontos podem ser destacados: o primeiro é o crescimento do endividamento para manutenção da atividade da empresa, que é arriscado, e o segundo o endividamento das empresas para investimentos, que pode ter um retorno social significativa com aumento dos recursos circulantes nas empresas, gerando mais oportunidades. Essa questão pode ser uma boa alternativa de estudos posteriores, procurando identificar os motivos efetivos do crescimento da distribuição dos valores para terceiros.

Quanto ao perfil de distribuição das empresas percebe-se que apesar do novo mercado da BOVESPA, possuir uma quantidade de 130 empresas, nota-se que alguns pequenos grupos são responsáveis pelo movimento significativo de recursos e por consequência distribuição mais efetiva. Assim, os grupos 1, 2 e 5 apresentaram, no período de 2008 a 2011, os maiores volumes de recursos distribuídos. Representam no total 43 empresas, e um valor total distribuído superior a R\$ 400 bilhões, onde a distribuição para impostos representa mais de R\$ 158 bilhões.

Por fim, consta-se que a Demonstração do Valor Adicionado aparece como um instrumento com informações relevantes sobre o aspecto da identificação das riquezas geradas pelas empresas, e importante para identificar qual o retorno quantitativo de sua atuação para a sociedade, principalmente, por identificar os significativos valores destinados aos colaboradores.

## **REFERÊNCIAS**

AMBROGI, A. A. **Responsabilidade Social das Sociedades Cooperativas Brasileiras: Uma Proposta de Uso da Demonstração do Valor Adicionado – DVA**, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Fundação Escola de Comercio Álvares Penteado, São Paulo, 2007.

ANTUNES, M. F. P.; AMORIM, V. L. da C. B. **Estudo da Divulgação de informação acerca da responsabilidade social empresarial**, 2012. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade de <http://www.periodicos.capes.gov.br/Portugal>, 2012.

AZEVEDO, T. C.; CRUZ, C. F. da. Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. In: CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 53., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CRCRJ, 2006.

BALDO, R. A Empresa cidadã frente ao Balanço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.

BEUREN, I. M.; DOMENICO, D. D.; CORDEIRO, A. Análise de Indicadores do Environmental Management Accounting Evidenciados no Global Reporting Initiative. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO E MEIO-AMBIENTE, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2011.

BM&FBOVESPA – BOLSA DE VALORES. Disponível em <<http://www.bmbovespa.com>>. Acesso em 02 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.385, de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < [www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11638.htm](http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11638.htm) > Acesso em: 07 mai. 2012.

CARVALHO, J. R. M. de; DUTRA, E. M. A.; ARAÚJO, E. K. M. de; CARVALHO, W. F. C; CURI, R. C. Práticas de Responsabilidade Social: Um Estudo nas Indústrias do Município de Sousa, PB. **Revista Ambiente Contábil**, v.3, n.2, p.1-16, 2011<http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

CHRISTIEN, E. W.; SHEPHEARD, M. L.; MEYER, W. S.; JAYAWARDANE, N. S.; FAIRWEATHER, H. Triple Bottom Line Reporting To Promote Sustainability Of Irrigation In Australia. **Irrigation and Drainage Systems**, v. 20, n. 4, p. 329-343, 2006<http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

CORREA, P. A. de B.; CARVALHO, F. A. A. de; ALVES, F. J. dos S. Gestão da Responsabilidade Social na Marinha do Brasil: Uma Proposta de Balanço Social A partir da Versão Ibase. **Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 3, p. 43-70, jul-set., 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/> > Acesso em: 02 jan 2103.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. Conceito de Responsabilidade Social da Informação Social. **Informação & Informação**, v. 17, n. 1, 2012. <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

FERNANDES, J. W. N. **Do Encantamento dos Números à Realidade dos Fatos: Conciliação Entre os Balanços Patrimonial e Social da Alunorte**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Disponível em: <<http://www.fipecafi.org>>. Acesso em: 02 jan 2013.

FERRAZ, F. A. V. G. D; CÉLIA, M . C. S. R. (2012). Estudo de alguns indicadores de comunicação da responsabilidade social nos websites dos principais grupos hoteleiros a opera em Portugal. In: GECAMB 2012 - CONFERÊNCIA CSEAR CENTRE FOR SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING, 5., 2012, Coimbra, Portugal. Anais... Coimbra: FEUC, 2012. <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

FERREIRA, C. J. F. **Os gases de efeito de estufa e a problemática da responsabilidade social das empresas portuguesas: O caso das cimenteiras.** 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 2010.

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. Disponível em: < <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx> >. Acesso em: 02 jan 2013.

IBASE, 2013. Disponível em: < <http://www.ibase.br/> >. Acesso em: 02 jan 2013.

LAGES, R. T. da S.; LAGES, R. T. da S.; FRANÇA, S. L. B. Indicadores de desempenho com o conceito do Triple Bottom Line e a Metodologia do Balanced Scorecard. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6., 2010, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2010.

LUCA, M. M. M. de. **Demonstração do Valor Adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MACEDO, J. M. A.; CORDEIRO, J. F.; PEREIRA, L. A. C.; RIBEIRO FILHO, J. F. R.; TORRES, U. C. L.; LOPES, J. E. de G. Responsabilidade social e reputação corporativa: uma investigação sobre a percepção dos stakeholders numa concessionária de energia elétrica nordestina. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n.11, p. 69-86, 2011 <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

MAGALHÃES, P. M. A. P. C. de. **Percepções e práticas de responsabilidade social empresarial no futebol profissional português: o caso das três grandes.** 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Gestão). Instituto Universitário de Lisboa, 2011. Disponível em: < <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2843> >. Acesso em: 02 jan 2013 <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

MARETH, T.; SALVALAIO, D.; RIBEIRO, C. F. Balanço Social em Uma Instituição de Ensino Superior no Rio Grande do Sul. **Revista Contexto**, Porto Alegre, v. 10, n.17, p. 19-29, 2010.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MITCHELL, M.; CURTIS, A.; DAVIDSON, P. Evaluating The Process Of Triple Bottom Line Reporting: increasing the potential for change. **The International Journal of Justice and Sustainability**, v. 13, n.2, p. 67-80, 2008.

MORAES, P. B. (2008). **Uso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como Ferramenta de Mensuração dos Tributos de Empresas Seleccionadas no Brasil.** 2008. 192 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios), Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos, 2008.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; MOURA, H. J. de; BARBOSA, J. V. Análise das Metodologias e Técnicas de pesquisas Adotadas nos Estudos Brasileiros Sobre Balanced Scorecard: Um Estudo dos Artigos Publicados no Período de 1999 a 2006. In: ANPCONT, 1., 2007, Gramado. **Anais...** Gramado: ANPCONT, 2007.

REPORT. Report Comunicações, 2013. Disponível em: <<http://www.reportcomunicacoes.com.br>>. Acesso em: 02 jan 2013.

ROHENKOHL, R. B.; KROETZ, C. E. S. Auditoria Ambiental: Um Enfoque nas Metodologias. **Revista Contabilidade e Informação**. Ijuí, v. 11, n. 29, p. 47-60, Jul/Dez. 2008.

SANTOS, A. dos. **Demonstração do valor adicionado**: como o elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, A. Dos; HASHIMOTO, Hugo. Demonstração do Valor Adicionado: Algumas Considerações sobre Carga Tributária. **Revista de Administração**, São Paulo, v.38, n.2, p.153-164, abr./maio/jun. 2003.

SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M. D. A responsabilidade social corporativa no marco da teoria institucional. **ComTextos**, Minho, n.6, 2012. <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

SILVA, E. M. da. **A Relevância da Demonstração do Valor Adicionado na Evidenciação da Distribuição da Riqueza**: Um Estudo da DVA na Crise de 2008 – 2009. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOARES, G. M. de P. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa !?. **RAE-eletronica**, v. 3, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a07.pdf>>. Acesso em: 13 jan 2013.<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

SOUZA, A. L. de. **Balanco Social de Instituições Financeiras, Evidenciação da Responsabilidade Social e a Relação com a Cotação de Ações Negociadas em Bolsa de Valores**: Um Estudo Multicasos. 2008. 76 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e URFRN, João Pessoa, 2008

TATIM, D. C. **Responsabilidade Social Empresarial**: Representações Sociais e Ideologia, 2009. 158 p. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,,2009.

TINOCO, J. E. P. **Balanco Social uma abordagem da Transparência e da Responsabilidade Publica das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. de. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, v.3, n. 1, p. 49-69, 2007.

## **A Mensuração da Composição do Valor Adicionado das Empresas Participantes do Novo Mercado da Bovespa no contexto da Responsabilidade Social**

### **RESUMO**

No contexto da responsabilidade social, a Ciência Contábil ocupa uma posição privilegiada de ser o agente fornecedor de meios para as empresas e a sociedade em geral conhecer as consequências do desenvolvimento econômico em relação ao meio ambiente. Os dados evidenciados por meio da contabilidade podem ajudar no acompanhamento das ações organizacionais focadas na preservação do planeta e na busca do desenvolvimento sustentável. O foco do presente estudo abrange a Demonstração do Valor Adicionado, em relação à evidenciação de como a riqueza gerada pelas companhias foi distribuída para sociedade e, também, a mensuração de resultados direcionados ao meio ambiente. O objetivo geral desse trabalho é analisar os indicadores e o comportamento da Distribuição do Valor Adicionado no período 2008 a 2011 das empresas participantes da Carteira “Novo Mercado da Bovespa” e quais relatórios socioambientais são elaborados. Em termos metodológicos trata-se de um estudo descritivo, documental com abordagem quantitativa, por meio da estatística descritiva e da análise de conglomerados. Constatou-se que a elaboração de relatórios socioambientais estão, provavelmente, mais ligados a obrigação legal do que a intenção voluntária de fornecer tais informações. Ainda, a Demonstração do Valor Adicionado mostrou-se como um instrumento capaz de gerar informações relevantes quanto à identificação das riquezas geradas pelas empresas bem como a identificação do retorno quantitativo para a sociedade, e também valores destinados aos colaboradores.

**Palavras-chave:** Valor adicionado. Responsabilidade social. Novo mercado.

**Área temática:** Área 6 – Ética e responsabilidade social

**Autores:**

#### **Alex Sandro Rodrigues Martins**

Graduado e Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Atualmente Técnico em Contabilidade dessa Instituição.

#### **Alexandre Costa Quintana**

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

#### **Flávia Verônica Silva Jacques**

Mestre em Ciências Contábeis - 2011 (UNISINOS), Especialista em Gestão Pública - 2006 (Faculdade Atlântico Sul), Bacharel em Ciências Contábeis - 2002 (Universidade Federal do Rio Grande FURG). Professora Assistente - Dedicção Exclusiva do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC) da Universidade Federal do Rio Grande e Coordenadora do Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Ciências Contábeis.

#### **Paula Roberta Pereira Costa Valle**

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Trabalha na Empresa Incorporadora Ongaratto Ltda, na função de Auxiliar de Contabilidade.



